



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 98

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE JULHO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zamillo - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Herma Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE JULHO DE 1998
(quarta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 260/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 029/98 que autoriza o Poder Executivo a incorporar a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, bem como abertura de créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, até o limite de R\$3.300.000,00, para atendimento de despesas com a pretendida incorporação.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 270/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 031/98 que aprova um ajuste no programa de obras, no valor de R\$12.527.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para execução de obras no Projeto "Construção de Rodovias".

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 254/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 017/98, referente a Resíduos Sólidos e o Controle da Poluição.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 255/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 020/98 que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de

Urgência ao Projeto de Lei nº 271/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 032/98 (Ajuste de R\$2.123.574,00 ao Orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional para execução de obras em escolas estaduais).

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 240/98, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, item nº 13 da Ordem do Dia da presente sessão.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Edgar Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Toti Colaço e Caio Quintana.

REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia das Sessões Extraordinárias a serem realizadas nesta data, do Projeto de Lei nº 114/98, de sua autoria, que recebeu emenda e está no momento com parecer favorável da C.C.J..

A referida emenda altera o nome da Instituição de Wilson Marcelino Filho, para Instituto de Ecologia e Biodiversidade do Brasil.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final aos projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido

o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1231

Senhor Presidente.

Desde o dia 1º de junho os professores e funcionários do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Cornélio Procopio estão com suas atividades paralisadas, somando-se ao movimento grevista dos servidores das Instituições Federais de Ensino.

A Categoria reivindica reposição salarial de 48,65%, ampliação de vagas para concurso público, repúdio ao Programa de Incentivo à Docência imposto pelo MEC e abertura de negociações por parte do Governo Federal.

A greve paralisa Universidades Federais e CEFETS em todo País e o impasse pode levar milhares de estudantes a perderem o ano letivo. É indispensável que o Governo Federal crie um canal de comunicação mais efetivo, mais aberto, mais próximo. O governo precisa ceder, flexibilizando suas propostas e propiciando condições para o fim da greve e a retomada das aulas.

Considerando justas as reivindicações dos servidores das Instituições Federais de Ensino, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o registro na Ata desta sessão de voto de apoio aos professores e funcionários do CEFET de Cornélio Procopio, solidarizando-se com suas reivindicações.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 1235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de louvor ao Excelentíssimo Senhor Doutor Pretextato Pennafort Taborda Ribas Neto, pela sua brilhante atuação na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região em defesa da Justiça do Trabalho.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Jornalista Tereza Urban, alusivos ao lançamento do livro "Engenhos e Barbaquás" com fotos do fotógrafo Nego Miranda, no próximo dia 1º de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenageada, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Brigadeiro Franco, 541, CEP: 80430-210, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal "A Folha da Imprensa", alusivos as comemorações de mais um aniversário daquele matutino, no último dia 25 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Jornalista Alcy Ramalho Filho, Diretor Presidente daquele jornal, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Machado de Assis, 462, Juvevê, CEP 80030-370, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, de votos de congratulações pela posse do Meritíssimo Juiz Edgard Antônio Lippmann Junior no Tribunal Regional Federal da 4ª Região do Rio Grande do Sul.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam cientificados o novo integrante dessa Corte, Meritíssimo Juiz Edgard Antônio Lippmann Junior, objeto desta proposição, e a Meritíssima Presidente desse Tribunal, Juíza Ellen Gracie Northfleet, à Rua Mostardeiro, 483, em Porto Alegre, RS.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Paranaense, com extensa folha de excelentes serviços prestados ao Judiciário do seu Estado, o Meritíssimo Juiz Edgard Antônio Lippmann Junior é amplamente merecedor da superior consideração de todos aqueles que têm o privilégio de conhecer a sua pessoa e o seu trabalho.

Alçado com sobejos méritos à condição de integrante do Tribunal Regional Federal da 4ª

Região do Rio Grande do Sul, enseja a todos nós a oportunidade de externar nossa satisfação pela oportunidade de ver integrando o Judiciário gaúcho este filho da nossa Terra, magistrado de tantos talentos e homem de tão grandes realizações.

Orgulha-se o Legislativo paranaense pela sua posse e faz-se porta-voz dos seus conterrâneos nessa manifestação por uma passagem fecunda e irretocável no importante posto que passa a ocupar, na certeza plena de que o Judiciário rio-grandense terá entre os seus Pares um magistrado que saberá honrar e magnificar tão nobre chamado.

REQUERIMENTO Nº 1253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Mariópolis pela passagem do seu 38º aniversário de emancipação política, no dia 25 de julho do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Neuri Roque Rossetti Gehlen, bem como a todos os senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem toda a população de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que a população de Mariópolis irá comemorar o seu 38º aniversário de emancipação política, no próximo dia 25 de julho.

Seu povo trabalhador e honesto tem colaborado com a Administração Municipal dando apoio para que Mariópolis tenha um invejável progresso.

O Prefeito Neuri Roque Rossetti Gehlen, que vem administrando muito bem o município através de um trabalho sério e honesto contando sempre com o apoio do senhores Vereadores e de seus munícipes, tem desenvolvido com grande eficiência tudo o que foi planejado anteriormente, e com absoluta segurança.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício. Para tanto, são requeridas daquele que a ela se entrega qualidades incomuns, de coragem e abnegação aliados a uma inteligência esclarecida e conhecimento profundo dos problemas sociais e administrativos do município, como aconteceu e acontece com Mariópolis para felicidade de seu povo.

Nesta ocasião do transcurso do 38º aniversário da emancipação política de Mariópolis, prestamos nossa homenagem aos administradores de todos os tempos sempre preocupados com o bem

estar do seu povo e o progresso cada vez mais acentuado do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, formula votos de muita prosperidade para o município de Mariópolis e que continue produzindo os frutos almejados para galardão de seus administradores e felicidade de toda a sua população.

REQUERIMENTO Nº 1254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Azul, pela passagem de seus 80 anos de emancipação política, no dia 14 de julho próximo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Vicente Solda, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Jaciel Buco Martins, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem a toda a população do Município de Rio Azul, que no próximo dia 14 de julho irá comemorar festivamente seus 80 anos de emancipação politicamente organizada.

Apesar de todos os problemas por que passa a Nação, em Rio Azul a população, juntamente com seus administradores, têm procurado superar as dificuldades com muito trabalho e confiança no amanhã.

Acreditando num futuro próspero, a comunidade de Rio Azul continua dando o melhor de seus esforços, colaborando assim para o completo desenvolvimento do seu município.

Ao contentamento de toda população de Rio Azul, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, certos de que o progresso é fruto de muito trabalho e dedicação.

REQUERIMENTO Nº 1264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de voto de congratulações ao Presidente do SINDUSCON/PR - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná, Gustavo Daniel Berman, que inaugura nova sede do SECONCI, o serviço social da entidade, responsável pela assis-

tência e atendimento médico-odontológico de todo o contingente trabalhador da indústria da construção civil.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretoria do SINDUSCON/PR, através do seu presidente, Gustavo Daniel Berman, à Rua da Glória, 175 - Centro Cívico - CEP 80030-060 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) BEYORICHA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná, através da ação empresarial de Gustavo Daniel Berman, inaugura uma nova fase: a partir de agora, o serviço social da entidade, responsável pela assistência e atendimento médico-odontológico de todo o contingente trabalhador da indústria da construção civil, estará funcionando na nova sede, com 1.500 metros quadrados.

Ao concluir mais este empreendimento, o SINDUSCON/PR demonstra estar colocando em prática uma política de ação social, que merece ser aplaudida por esta Casa de Leis, através do apoio dos Senhores Deputados.

REQUERIMENTO Nº 1277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná.

Sindicato este que muito contribui para a classe de empresas de transporte de cargas e que representa com legitimidade seus interesses e anseios. Isto é afirmado justamente pelo tempo, 55 anos, que o mesmo atua, apresentando um trabalho digno e muito importante para a sociedade.

Requer ainda que a decisão desta Casa de Leis seja dada ciência ao citado Sindicato, através de sua presidência, na sede localizada à Rua Almirante Gonçalves, 1966 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Professor Ernst Müller, alusivos à conclusão das obras do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual de Londrina.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser

encaminhada ao Campus Universitário, caixa postal nº 6001 - CEP 86051-990, Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Comercial do Paraná, alusivos às comemorações dos 108 anos de atividades, na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Senhor Ardisson Akel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 621 - 1º andar - CEP: 80020-925, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao jornalista Alcyr Ramalho Filho, diretor-presidente do jornal "A Folha da Imprensa", cumprimentando-o pelos 7 (sete) anos de ininterrupta circulação.

Por isso, o Parlamentar que o presente subscreve, pede o registro nesta Casa de Leis, do protesto de veneração e respeito a esse conceituado órgão da imprensa escrita que alicerçou o seu sucesso na forma justa e livre de divulgar os fatos e os acontecimentos mais atuais.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que seja determinado a realização de estudos no sentido de reduzir em 50% (cinquenta por cento) as tarifas de pedágio, tendo em vista as manifestações ocorridas oriundas de todo o Estado, por parte de representações de classes empregadoras e trabalhadoras.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade, o povo de modo geral, aceita o pedágio mas os valores atualmente cobrados estão

onerando a sociedade de tal forma a tornar praticamente impossível o pagamento pelos usuários.

REQUERIMENTO Nº 1258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Henrique Lenz César, solicitando o envio de anteprojeto de lei a esta Casa de Leis, alterando a composição do Foro Extrajudicial na Comarca de Castro, que passaria a contar com dois Tabelionatos de Notas, o primeiro acumulando, precariamente, o Ofício de Protestos de Títulos, com delimitação territorial prevista em lei e o segundo, acumulando o Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, com delimitação territorial do Distrito Administrativo de Vila Rio Branco.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a Exma. Sra. Fani Lerner, DD. Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando sejam liberados recursos para o Centro Comunitário e para o Clube de Mães da Vila Urupês, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva atender reivindicação formulada através dos Vereadores Antonio Carlos Verri Mançano e José Luiz Gurgel, do Município de Campo Mourão, em vista da premente necessidade de recursos para que o Centro Comunitário e o Clube de Mães de Urupês possa continuar prestando atendimentos às famílias carentes da localidade.

REQUERIMENTO Nº 1271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Lubomir Ficinski, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos para melhorar a iluminação pública da Perimetral Tancredo Neves, na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa atender reivindicação formulada pelos Vereadores Antonio Carlos Varri Mançano e José Luiz Gurgel, da Cidade de Campo Mourão, a fim de que a Perimetral Tancredo Neves (Travessa Guaíra), seja iluminada com super postes, objetivando melhorar o grande fluxo de veículos, bem como facilitar o trânsito de pedestres.

REQUERIMENTO Nº 1272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a Exma. Sra. Fani Lerner, DD. Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando sejam liberados recursos para o Clube de Mães do Jardim Tropical, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Conforme informações fornecidas pelos Vereadores Antonio Carlos Verri Mançano e José Luiz Gurgel, de Campo Mourão, o Clube de Mães do Jardim Tropical, naquele município, atende inúmeras famílias carentes e, vem encontrando dificuldades em razão da falta de recursos, o que nos leva a solicitar auxílio do Governo, através da Secretaria da Criança e Assuntos da Família.

REQUERIMENTO Nº 1244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de sua atribuição legal e regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja solicitado a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, na pessoa de seu presidente, Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, informações no que se refere aos graves problemas que vêm afligindo nossa população, com permanente dificuldade no abastecimento de água da região metropolitana de Curitiba e os seguintes dados:

01. Por que motivo a Licitação nº 173/98 foi cancelada na véspera da data do recebimento das propostas?

02. Em que veículos de comunicação ocorreu a divulgação deste edital?

03. Quais foram as empreiteiras que adquiriram este edital?

04. Tendo em vista a necessidade dos trabalhos objetos dessa licitação serem realizados no período do inverno, conforme justificativa integrante do edital, quando será novamente licitada?

05. No período de vossa administração, quantos contratos houveram para serviços de recupera-

ção e impermeabilização da ETA Iguaçu, e quais foram as empreiteiras contratadas?

06. Os preços unitários determinados na planilha do edital são aqueles normalmente adotados pela Companhia em suas obras?

O pedido se justifica buscando maior transparência nos procedimentos da contratação destas obras, que segundo o edital são necessárias e importantes para o abastecimento de água de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER o envio de pedido de informações ao Exmo. Sr. Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde solicitando informações sobre o Hospital Regional de Cascavel (HRC).

Solicito cópia de inteiro teor dos estudos efetuados para transformar o HRC em Hospital Universitário. Sejam esses estudos do diagnóstico da situação atual ou a proposta a ser executada.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Desde o início do funcionamento do referido hospital, o mesmo tem sido alvo de inúmeras irregularidades, seja administrativa, funcional ou financeira.

Ao torná-lo um hospital de caráter universitário, todas as distorções devem ser corrigidas, por isso a solicitação. Quais serão as medidas a serem tomadas.

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER o envio de pedido de informações ao Sr. Giovanni Gionédia, Exmo. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações sobre a arrecadação de ICMS, por parte da Ultrafértil.

1. Qual o montante de ICMS recolhido anualmente pela empresa Ultrafértil Aracária, nos últimos 10 anos?

2. Especificar a posição ocupada no ranking estadual de empresa pagadora de ICMS, ano a ano, em igual período.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A revista Horizonte nos Municípios, nº XLIX, traz matéria informando sobre o aumento da produção da empresa e tornando público que em 1996, gerou 12 milhões de ICMS.

Como Deputado Estadual que tem a obrigação de acompanhar, entre outros, a arrecadação do Estado, é que solicito tais informações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 277/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica isento o pagamento de pedágio, nas rodovias que compõem o Anel de Integração, no período das 00:00 às 06:00 horas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora proponho, visa isentar o pagamento de pedágio nas rodovias que compõem o Anel de Integração, no período das 00:00 às 06:00 horas da manhã, pois nestas horas o fluxo de veículos é pequeno, e a relação custo/benefício, é equivalente, ou nulo, haja vista que as empresas detentoras das concessões, nessas horas, não precisariam dispor de funcionários para atendimento, o que reduziria consideravelmente, as despesas com folha de pagamento, pois neste período, além das horas normais, a empresa é obrigada a pagar adicionais noturnos e demais benefícios, aos funcionários.

Face ao exposto, e considerando a relação custo/benefício, acima explicitada, é que proponho a referida isenção.

PROJETO DE LEI Nº 278/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida a implantação de pelo menos um exemplar da Bíblia Sagrada, escrita em braile, em todas as Bibliotecas Públicas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora proponho, tem por objetivo principal, minimizar as dificuldades encontradas pelos portadores de deficiência visual, em ter acesso à Bíblia Sagrada, assim como, outros livros

congenêres, escritos em braile, dando-lhes e oportunidade de poder lê-los, quando assim o precisarem.

Por este motivo, e considerando que tais exemplares, não são encontrados com muita facilidade, seria de grande valia a implantação dos mesmos, em todas as Bibliotecas Públicas do Estado do Paraná.

É o mínimo que podemos fazer, para minimizar as dificuldades encontradas pelos nossos irmãos, que não possuem uma das maiores dádivas do Criador, que é a visão.

PROJETO DE LEI Nº 279/98
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Lar do Menor Dom Bosco do Município de Ubiratã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 30 de agosto de 1987, é uma entidade de assistência social gratuita e filantrópica, sem fins lucrativos, independente quanto a sua organização e administração, não vinculada a nenhuma entidade ou associação.

O Lar do Menor Dom Bosco de Ubiratã tem como finalidade, dentre outras, prestar assistência ao menor pobre ou abandonado, sem distinção de sua cor, raça, nacionalidade ou credo, prestando-lhe promoção humana, educação escolar e profissionalizante, residência, alimentação, vestuário, agasalho, higiene, asseio, etc.; assistência social, religiosa, esportiva, recreativa, vida em comunidade e de adaptação com o meio; assistência médico-hospitalar, odontológico e farmacêutica.

Enquadrado dentro das exigências legais, não vemos por que esta Casa não declare-la de Utilidade Pública Estadual, pelo que, conclamamos o aval dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 280/98
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado ao Poder Executivo a doar um ônibus, marca Mercedes Benz, placa AFE 8375, chassi 3641011304502, RENAVAL 51339510-5, ano 1992, de propriedade do Departamento de

Transportes Oficiais do Estado do Paraná, DETO, para a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Este ônibus mencionado trata-se de um termo de cessão assinado entre o DETO e a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba e já se encontra no município desde 1995.

Ao chegar no município o mesmo teve o seu motor fundido, tendo a Prefeitura adquirido um motor novo e desde esta época vem sendo mantido pela Prefeitura.

PROJETO DE LEI Nº 281/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a implantar o presente plano de cargos, carreiras e salários, PCCS, dos Trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná.

§ 1º - A Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná é constituída por:

I - instituições e estabelecimentos em educação básica mantidos pelo Governo Estadual;

II - órgãos de educação estadual central e regionais da SEED.

§ 2º - Inclui-se na presente lei o Trabalhador em Educação cedido para o ensino público municipal no Estado do Paraná.

Art. 2º - São Trabalhadores da Educação os profissionais que exercem o magistério em educação básica, atividades de planejamento, administração, orientação educacional, supervisão escolar, coordenação pedagógica, infra-estrutura e toda atividade administrativa e técnica que concorre para o desenvolvimento da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná.

Art. 3º - O PCCS da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto na Constituição Federal de 1998, tem por princípios básicos a qualificação, formação e valorização profissional dos Trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, assegurando aos seus integrantes:

I - remuneração compatível com a dignidade, peculiaridades e importância da profissão;

II - estímulo à qualidade do trabalho desempenhado;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - ingresso mediante aprovação em concurso público de provas e títulos;

V - valorização profissional, através de progressão funcional, por antiguidade, assiduidade, habilitação e formação profissional.

VI - formação e aperfeiçoamento profissionais continuados, em serviço com licenciamento remunerado;

VII - piso profissional compatível com a valorização do cargo.

VIII - condições de trabalho no que diz respeito à estrutura técnica, material e de funcionamento de toda a Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná;

IX - garantia de um período reservado a estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente aos Trabalhadores em Educação, incluindo em sua jornada de trabalho;

X - garantia de que todas as escolas da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná sejam geridas democraticamente com eleições diretas para diretores de escolas, definidas em lei;

XI - garantia da existência dos Conselhos Escolares em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, nos termos da Deliberação 20/91, do CEE.

Capítulo II

DA ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA CARGOS E SALÁRIOS

Seção I

DA ESTRUTURA

Art. 4º - O PCCS da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná possui duas carreiras, assim estruturadas:

I - Professor;

II - Agente de Educação.

Art. 5º - O cargo de Professor será exercido no desempenho das funções de magistério, de acordo com a habilitação específica para tanto:

I - regência de classe;

II - planejamento escolar;

III - supervisão escolar;

IV - orientação educacional;

V - coordenação pedagógica;

Parágrafo Único - As funções de Supervisão Escolar e Orientação Educacional serão exercidas por professores que possuem habilitação em Peda-

gogia, em nível de graduação ou especialização, Mestrado e Doutorado em Educação.

Art. 6º - O cargo de Agente de Educação será exercido de acordo com a formação profissional específica, compreendendo o exercício das seguintes funções:

- I - técnico em multimeios;
- II - vigia;
- III - secretaria;
- IV - inspeção de alunos;
- V - serviço de limpeza e conservação;
- VI - distribuição e elaboração de merenda.

Parágrafo Único. Entende-se por multimeios as atividades desenvolvidas em áreas especializadas da estrutura técnico-administrativa da escola, não incluídas nas atividades de docência e que concorram para o seu desenvolvimento e complementação.

Art. 7º - A carreira do cargo de Professor tem os seguintes níveis:

- I - Professor I;
- II - Professor II;
- III - Professor III;
- IV - Professor IV;
- V - Professor V.

Art. 8º - O Professor de nível I tem como exigência mínima a habilitação de magistério em nível de Ensino Médio, na modalidade Normal (art. 62 LDB), e exercerá suas atividades, no caso de regência de classe, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries.

Art. 9º - O Professor de nível II tem como exigência mínima a habilitação em nível de Ensino Médio com estudos adicionais e exercerá suas atividades na Educação Infantil e no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries.

Art. 10 - O Professor de nível III tem como exigência mínima a habilitação em licenciatura curta, compatível com as atribuições do cargo e exercerá suas atividades na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, nas atividades previstas no art. 5º desta lei.

Art. 11 - O Professor de nível IV tem como exigência mínima a habilitação em licenciatura plena, compatível com as atribuições do cargo, e exercerá suas atividades na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas atividades previstas no art. 5º desta lei.

Art. 12 - O Professor de nível V tem como exigência mínima a pós-graduação na área de educa-

ção, obtida em curso de especialização, ou mestrado, ou doutorado, e exercerá suas atividades na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas atividades previstas no art. 5º desta lei.

§ 1º - Ao trabalhador em Educação que possui habilitação em mestrado na área de educação, será pago um adicional de 15% sobre os seus vencimentos, o qual será incorporado aos mesmos para todos os efeitos legais.

§ 2º - Ao Trabalhador em Educação que possui habilitação em doutorado na área da educação, será pago um adicional de 30% sobre os seus vencimentos, o qual será incorporado aos mesmos para todos os efeitos legais.

Art. 13 - A carreira do cargo de Agente de Educação tem os seguintes níveis:

- I - Agente de Educação I;
- II - Agente de Educação II;
- III - Agente de Educação III;
- IV - Agente de Educação IV;
- V - Agente de Educação V.

Art. 14 - O Agente de Educação de nível I tem como exigência mínima a escolaridade do Ensino Fundamental e exercerá suas atividades em serviços gerais de limpeza e conservação das dependências das unidades escolares, na confecção e distribuição de merenda escolar e na segurança (vigilância da escola).

Parágrafo Único. A rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná possibilitará aos Agentes de Educação de nível I, que, na data da aprovação do presente PCCS, não tenham o ensino fundamental completo, a complementação dessa escolaridade.

Art. 15 - O Agente de Educação de nível II tem como exigência mínima a escolaridade de Ensino Médio completo, com comprovado aperfeiçoamento da função, e exercerá suas atividades em inspeção de alunos e serviços de secretaria escolar.

Art. 16 - O Agente de Educação de nível III tem como exigência mínima a escolaridade de Ensino Médio, com comprovado aperfeiçoamento profissional da função e exercerá suas atividades de secretaria escolar, auxílio administrativo, contabilidade escolar e de atividades de multimeios escolares.

Parágrafo Único - Entende-se por estudos complementares os estudos adicionais realizados em nível médio e que especializam para o exercício profissional.

Art. 17 - O Agente de Educação de nível IV tem como exigência mínima a habilitação de Nível Superior e exercerá suas atividades em multimeios nas técnicas administrativo-financeiras, em Recursos Humanos, em nutrição e biblioteca.

Art. 18 - O Agente de Educação de nível V tem como exigência mínima a habilitação de especialização, compatível com o cargo exercido, e exercerá suas atividades, conforme citado no artigo anterior.

Art. 19 - As carreiras de Professor e Agente de Educação estão estruturadas em 5 níveis e cada nível (I, II, III, IV e V) em 13 classes (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M). O intervalo entre as classes é de 5%. A classe inicial de cada nível correspondente à classe "E" do nível anterior (conforme anexo 1).

Art. 20 - Para efeito de valoração e de correspondência entre as duas carreiras, considera-se a especificidade dos cargos.

Seção II DO INGRESSO, DO PROVIMENTO E DO REGIME

Art. 21 - Será considerado o regime jurídico único para os Trabalhadores da Educação.

Art. 22 - O ingresso nas carreiras do Professor e Agente de Educação dar-se-á exclusivamente por concurso público de provas e títulos, na classe inicial de cada nível, compatível com a habilitação do concursado e atendidas as demais exigências legais do regime público.

§ 1º - O concurso de que trata este artigo será realizado e centralizado pela Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, em caráter geral, com vagas reais, levantadas pela administração da escola com a anuência do Conselho Escolar, de dois em dois anos, salvo necessidades do Ensino pela ocorrência de vagas, caso em que deverá ser realizado em menor espaço de tempo.

§ 2º - Das instruções para o concurso, entre outros elementos, deverá constar obrigatoriamente, além da idade mínima, o número de vagas reais a serem providas, distribuídas por áreas, especialização e alocação.

§ 3º - Todas as exigências referidas neste artigo deverão estar satisfeitas e apresentadas até a data da nomeação, sendo desnecessário apresentá-las por ocasião da inscrição no concurso.

Art. 23 - O aproveitamento dos candidatos dar-se-á obedecendo-se à ordem de classificação, mediante a existência de vagas reais, num prazo de dois anos de validade do concurso realizado, sendo

obrigatória a nomeação daqueles que se classificarem dentro do número de vagas ofertadas.

Art. 24 - Os cargos das carreiras de Professor e Agente de Educação são acessíveis a todos os brasileiros, respeitadas as exigências legais.

Parágrafo Único - Só pode ser provido nos cargos de que trata a presente lei quem possuir as habilitações específicas para o exercício do cargo postulado e satisfazer os requisitos legais.

Seção III DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 25 - As nomeações serão feitas em caráter efetivo, obedecendo-se rigorosamente à ordem de classificação no Concurso Público realizado para o respectivo nível, de acordo com a habilitação, cumpridas as demais exigências legais.

Art. 26 - Os candidatos que obtiverem classificação até o limite do número de cargos vagos, para cujo provimento tenha sido aberto concurso, serão chamados mediante edital, para escolher o estabelecimento onde prestarão serviços, devendo, após tomada de posse e exercício, obter lotação e fixação, na ordem da respectiva classificação.

Parágrafo Único - A não escolha na data determinada ou o pedido de sustação da nomeação, sem justificativa, implicará na renúncia à faculdade de que trata o presente artigo.

Art. 27 - Após o ato de nomeação, publicado em Diário Oficial, será dada posse ao Professor ou ao Agente de Educação, conforme o caso.

Art. 28 - São competentes para dar posse aos aprovados:

- I - o Secretário de Estado da Educação;
- II - o Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação;
- III - os Chefes de Núcleo.

Art. 29 - Tem-se por empossado o Professor ou Agente de Educação, após a assinatura de um termo, em que conste o ato que o nomeou.

Parágrafo Único - É essencial que o termo de que trata o presente artigo seja assinado pelo Professor ou pelo Agente de Educação, conforme o caso, e pela autoridade que deu a posse.

Art. 30 - A posse deve acontecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do decreto de nomeação, no órgão oficial.

§ 1º - O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais trinta dias, a

pedido do interessado, por escrito, após despacho favorável da autoridade competente para dar posse.

§ 2º - Não se efetivando a posse, dentro dos prazos previstos neste artigo, por culpa do nomeado, tornar-se-á sem efeito a nomeação.

§ 3º - Após a posse, o Trabalhador da Educação terá o prazo de trinta dias para tomar exercício, sendo este atribuído por seu chefe imediato.

§ 4º - O prazo a que se refere o parágrafo anterior poderá ser prorrogado por mais trinta dias, por solicitação do interessado e a critério da autoridade competente.

Seção IV DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 31 - A jornada de trabalho, em docência, será de 40 (quarenta) horas/aula semanais, sendo 50% delas cumpridas em sala de aula e 50% cumpridas em horas-atividade.

Art. 32 - Considera-se a hora/aula o tempo de 50 (cinquenta) minutos.

Art. 33 - A hora-atividade deverá ser cumprida na escola em atividades de planejamento, estudos e avaliação do trabalho discente.

Parágrafo Único - A critério do Conselho Escolar, as horas-atividade poderão ser cumpridas em até 50% fora da escola, em atividades comprovadamente ligadas às atividades de docência.

Art. 34 - Os demais ocupantes da carreira de Professor e de Agente de Educação terão uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Seção V DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 35 - Estágio probatório é o período de três anos de exercício efetivo, a contar da data da posse, sendo que, cumprido este tempo, o Professor ou Agente de Educação estará confirmado no cargo para o qual foi nomeado, computando-se este tempo para efeitos de progressão e promoção funcional na carreira.

§ 1º - Dispensa-se do estágio probatório o trabalhador em educação que tiver, no mínimo, três anos de tempo de serviço na educação pública.

§ 2º - Ao trabalhador em educação que tiver tempo de serviço no magistério público inferior a três anos, ser-lhe-á exigido, para que se cumpra o estágio probatório, apenas o que falta para completar esse período.

Seção VI DA PROGRESSÃO E PROMOÇÃO FUNCIONAL

Art. 36 - Entende-se por Progressão ou Promoção a elevação de Nível e de Classe dentro do mesmo cargo, ocorrendo em função de tempo de serviço, titulação e merecimento.

Art. 37 - A Elevação de Nível ocorrerá automaticamente a cada ano, com a exigência de permanência mínima de um ano no nível anterior, sempre que o trabalhador em educação comprovar habilitação superior a anteriormente apresentada.

Parágrafo Único - A promoção referida no final deste artigo dar-se-á no nível seguinte, na mesma classe que o trabalhador em educação ocupava no nível anterior.

Art. 38 - A Elevação de Classe ocorrerá progressivamente de uma para outra, da seguinte forma:

I - por antiguidade, a cada triênio de efetivo tempo de serviço;

II - por merecimento, a cada dois anos, como consequência da avaliação de assiduidade e de títulos resultante de participação em cursos, seminários e outros eventos específicos da área educacional;

§ 1º - A contagem do tempo de serviço, em qualquer caso, deverá considerar a data de ingresso do ocupante no sistema.

§ 2º - O Trabalhador da Educação avançará o número de classes compatível com os seus créditos, não havendo limite para o número de classes, em cada promoção.

§ 3º - Será considerado assíduo aquele trabalhador em educação que tiver até duas faltas não justificadas durante o ano letivo.

§ 4º - O estabelecimento de critérios para avaliação dos títulos dar-se-á por regulamento, após estudo a ser realizado por comissão paritária formada por representantes da APP-Sindicato e da SEED.

Seção VII DA TRANSFERÊNCIA

Art. 39 - Transferência é a mudança do ocupante de um dos cargos de carreira, de uma função para outra função, dentro do mesmo cargo.

§ 1º - Só se permite a transferência quando houver vaga e interesse por parte do ocupante.

§ 2º - O tempo de serviço do Trabalhador em Educação transferido será sempre computado a partir do ingresso na Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná.

§ 3º - Será permitida a permuta do Trabalhador em Educação, entre estados, núcleos regionais de ensino, municípios e escolas, quando houver interesse mútuo das partes.

Seção VIII DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 40 - Substituição é o ato de colocar um trabalhador em educação em lugar de outro, ocupante de determinado cargo, quando este entrar em gozo de licença ou interromper o exercício.

Parágrafo Único - É de responsabilidade da SEED a substituição do cargo em aberto.

Art. 41 - A substituição depende de ato da SEED e dará direito a quem substituir, durante o exercício, aos vencimentos fixados em lei.

Parágrafo Único - A substituição durará enquanto subsistirem as razões que a motivaram.

Seção IX DA REMOÇÃO

Art. 42 - Remoção é o deslocamento do trabalhador em educação de um órgão administrativo para outro, dentro da estrutura da SEED.

Parágrafo Único - A remoção será ofertada a todos os trabalhadores em educação anualmente, e acontecerá somente a pedido do interessado.

Seção X DA READAPTAÇÃO

Art. 43 - Readaptação é o provimento do Trabalhador em Educação em função mais compatível com sua capacidade física e intelectual, sem prejuízo da carreira,

Seção XI DA VACÂNCIA

Art. 44 - A vacância dar-se-á por:

- I - exoneração;
- II - demissão, conforme artigos 46 e 47 desta lei;
- III - promoção;
- IV - transferência;
- V - aposentadoria;
- VI - falecimento;
- VII - deslocamento de trabalhadores em educação para outras unidades escolares ou outros órgãos governamentais.

§ 1º - A exoneração dar-se-á a pedido do trabalhador em educação.

§ 2º - A demissão dar-se-á por conta da SEED.

Seção XII DOS DIREITOS, VANTAGENS E CONCESSÕES

Art. 45 - Na contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, são computados, como exercício, os afastamentos por:

- I - férias;
- II - casamento, até 8 dias;
- III - luto por falecimento do cônjuge, descendente, ascendente, irmão, companheiro(a), sogro(a), até oito dias;
- IV - trânsito;
- V - júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VI - exercícios de função de governo ou administração, em qualquer parte do território estadual por nomeação do Poder Executivo;
- VII - exercício de mandato eletivo de qualquer nível;
- VIII - estudo ou missão no exterior ou território nacional, desde que autorizado pelo Poder Executivo;
- IX - licença especial;
- X - licença para tratamento de saúde própria e em pessoa da família;
- XI - licença em decorrência de acidentes de trabalho ou doença ocupacional;
- XII - licença à gestante;
- XIII - mandato sindical;
- XIV - os demais motivos constante no art. 128 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

Seção XIII DA ESTABILIDADE

Art. 46 - É considerado estável o trabalhador em educação que cumprir o estágio probatório, sendo-lhe garantida a permanência no cargo.

Art. 47 - O trabalhador em educação a que se refere o artigo anterior, apenas poderá ser demitido mediante condenação em processo administrativo, assegurando direito à ampla defesa, e o direito de recorrer da condenação junto ao Poder Judiciário.

Seção XIV DAS FÉRIAS

Art. 48 - As férias do Professor serão de 60 (sessenta) dias, dos quais 45 (quarenta e cinco) consecutivos, no período de recesso escolar, segundo calendário estabelecido, de acordo com a lei.

Art. 49 - As férias do Agente da Educação serão de 30 dias, de acordo com a lei.

Seção XV DAS LICENÇAS

Art. 50 - Conceder-se-á licença ao Trabalhador da Educação nos termos das leis que regem o funcionalismo público.

Art. 51 - Fica assegurada a licença remunerada para os Trabalhadores da Educação durante o período que estiverem cursando especialização, mestrado e doutorado, sem prejuízo funcional, de acordo com a legislação vigente (inciso II do Artigo 67 da Lei 9394/96-LDB).

Seção XVI DO DIREITO À PETIÇÃO

Art. 52 - É assegurado ao Trabalhador em Educação:

I - o direito de requerer ou representar;

II - o direito de pedir reconsideração de ato ou decisão proferida em primeiro despacho definitivo.

Parágrafo Único - O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

I - em cinco anos, em relação aos atos dos quais decorram demissão, aposentadoria ou de disponibilidade;

II - em 120 dias, nos demais casos.

Seção XVII DOS VENCIMENTOS

Art. 53 - Entende-se por Vencimentos o salário devido pelas horas trabalhadas, do 1º ao último dia de cada mês, tomando-se como base de cálculo as horas semanais, multiplicadas por 4,5 semanas, acrescido de todos os adicionais, horas extras e demais vantagens.

Art. 54 - Será pago a todos os trabalhadores da Educação um adicional por tempo de serviço, na razão de 5% sobre a remuneração recebida, para cada cinco anos trabalhados (conforme anexos 1, 2 e 3).

§ 1º - Ao completar 26 anos de tempo de serviço público, a trabalhadora em educação fará jus a mais 5% do adicional referido neste artigo, para cada ano excedente, até completar 50% sobre a remuneração recebida.

§ 2º - Ao completar 30 anos de tempo de serviço público, o trabalhador em educação receberá mais 5% do adicional referido neste artigo, para cada ano excedente, até completar 50% sobre a remuneração recebida.

§ 3º - O Agente de Educação fará jus a mais 5% do adicional referido no "caput" deste artigo, a cada ano trabalhado após o tempo legal de aposentadoria, até completar 50% sobre a remuneração recebida.

Art. 55 - Em acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, cria-se a TABELA SALARIAL conforme o anexo 3, que é parte integrante desta lei.

Seção XVIII DAS FUNÇÕES E ADICIONAIS

Art. 56 - Também serão consideradas funções de magistério, dentro da escola, as atividades de Diretor e Diretor Auxiliar, eleitos pela comunidade escolar, ficando os mesmos com a obrigatoriedade do cumprimento de uma jornada de 40 horas.

§ 1º - As funções de diretor e de diretor auxiliar serão exercidas por ocupantes de cargos de professor ou por agente da educação com formação pedagógica, que forem eleitos pelos princípios da gestão democrática, ou seja por toda a comunidade escolar, entendendo-se por comunidade escolar o conjunto de professores, agentes da educação, alunos, pais ou responsáveis por alunos.

§ 2º - Haverá tantos diretores auxiliares, quantos necessários, de acordo com o porte da escola.

§ 3º - Aos ocupantes das funções de que trata este artigo será pago um adicional de função, de 45% sobre os seus vencimentos.

Art. 57 - Aos ocupantes de cargos em locais de difícil acesso, será pago um adicional de 20%.

Art. 58 - Ao Professor e ao Agente de Educação que desempenham suas atividades em período noturno, será pago um adicional de 20% sobre seus vencimentos.

Art. 59 - Ao Professor que exerce docência em classes de ensino especial, será pago um adicional de 50% sobre seus vencimentos.

Parágrafo Único - O professor a que se refere este artigo deverá ter habilitação específica.

Art. 60 - Ao Agente de Educação que exerce suas atividades como vigia será pago um adicional de 20% sobre seus vencimentos básicos.

Art. 61 - Ao Secretário da Escola será paga uma gratificação de 10% sobre seus vencimentos.

Art. 62 - Para cada docente de 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental haverá um auxiliar de regência de classe.

Seção XIX DA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 63 - Em acordo com os princípios que norteiam esta lei, fica estabelecido um plano de formação continuada e capacitação profissional para as Carreiras de Professor e Agente de Educação.

Art. 64 - O Plano de Formação e Capacitação Profissional deverá ser proporcionado pela Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná e deverá ser elaborado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior e pela representação sindical da categoria, abordando os aspectos da formação com objetivos de atualização e aperfeiçoamento contínuo, além de cumprir com os aspectos de Formação e Qualificação profissional, preconizados na LDB, no que diz respeito à década da Educação.

Art. 65 - Os programas de formação deverão ser revistos e negociados anualmente entre a Secretaria de Educação e o Sindicato, e acordo com as necessidades, devendo ser desenvolvidos como atividade profissional normal.

Seção XX DA APOSENTADORIA

Art. 66 - Têm direito à aposentadoria integral e com paridade, os trabalhadores em Educação que tiverem cumprido com as exigências legais previstas no artigo 40 da Constituição Federal incluindo-se seus incisos, alíneas e parágrafos.

Capítulo III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67 - Todo ingresso na Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná dar-se-á na jornada de 40 horas semanais.

Art. 68 - Serão consideradas aulas extraordinárias na carreira do professor aquelas exercidas além da jornada de trabalho, e serão pagas na razão de 100% da hora normal, dos vencimentos percebidos.

Parágrafo Único - As aulas extraordinárias ministradas, serão consideradas como tempo efetivo de trabalho para a contagem do tempo de aposentadoria em outro cargo ou incorporadas aos proventos de aposentadoria, considerando-se a maior média percebida, desde que não ultrapasse 40 horas, segundo a legislação vigente.

Art. 69 - O professor cujo regime é de 20 horas semanais terá essa jornada de trabalho ampliada para 40 horas semanais.

§ 1º - O professor referido neste artigo poderá, no entanto, optar por permanecer em sua jornada

de 20 horas semanais, sendo-lhe garantido o percentual de 50% de hora atividade.

§ 2º - O professor que já tem 40 h/a em dois padrões distintos poderá optar por ficar com apenas uma jornada de 40 h/a.

Art. 70 - Ao ocupante de cargo de magistério com dois padrões, no momento da aposentadoria de um dos dois padrões, dar-se-á o direito de aposentadoria também, em iguais condições, para o segundo padrão, desde que o mesmo já tenha efetivamente contribuído com o Sistema Previdenciário por, no mínimo, 5 anos, que seja extensivo ao RDT.

Art. 71 - O ocupante de cargo de magistério na atual RDT tem direito, no momento de sua aposentadoria a proventos integrais sobre as jornadas de 20, 30 ou 40 horas semanais, desde que tenha exercido por um período de 5 anos consecutivos ou não, a maior carga horária de sua opção.

Art. 72 - Os vencimentos da Tabela Salarial, constantes nos anexos 1, 2 e 3, serão reajustados sempre que perderem seu poder aquisitivo, pelo menos, uma vez ao ano.

Art. 73 - O enquadramento dos Trabalhadores em Educação em efetivo exercício, será feito a partir da publicação da presente lei, observando-se a maior habilitação do ocupante, no salário imediatamente superior ao atualmente recebido, e de acordo com os quinquênios a que o mesmo tem direito.

Parágrafo Único - Garante-se ao Professor do RDT todas as prerrogativas desta lei.

Art. 74 - Até cento e oitenta dias a partir da aprovação desta lei pela Assembleia Legislativa a SEED apresentará programa de escolarização e profissionalização para os agentes de educação, para implementação em trinta dias.

Art. 75 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, PÉRICLES MELLO, TOTI COLAÇO, RENY BORSATTO, IRINEU COLOMBO, NELSON GARCIA, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, RICARDO CHAB, IRONDI PUGLIESI, EDSON SILVA LINO, EDGAR BUENO, DOUTOR ROSINHA, DUÍLIO GENARI, RENATO ADUR, CAÍTO QUINTANA, ÂNGELO VANHONI, BETO RICHIA, ORLANDO PES-SUTI, CARLOS SIMÕES, CEZAR SILVESTRI, GERALDO CARTÁRIO, JOEL COIMBRA, LUIZ ACCORSI, WALMOR TRENTINI, SÉR-

GIO SPADA, JOSÉ TAVARES, ANTONIO ANNIBELLI, JOÃO TECHY, BASÍLIO ZANUSSO, HORÁCIO RODRIGUES, NELSON JUSTUS, CÉSAR SELEME, ÉLIO RUSCH, MILTON PUPPIO, SÂMIS DA SILVA, EDUARDO TREVISAN, ALBANOR GOMES, HERMAS BRANDÃO E LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Com o advento da Lei Federal nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, ficou estabelecido no artigo 9 do mesmo diploma legal que:

Art. 9º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, no prazo de seis meses de vigência desta lei, dispor de novo Plano de Carreira e remuneração do Magistério, de modo a assegurar:

I - a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público em efetivo exercício no magistério;

II - o estímulo ao trabalho em sala de aula;

III - a melhoria da qualidade do ensino.

A referida lei vinculou a utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério à criação de Novo Plano de Carreira, Cargos e Salários, sendo dessa forma, obrigatório um Novo Plano de Carreira, sob pena de não se poder utilizar os recursos do Fundo.

O Conselho Nacional de Educação, através da Resolução 03/97, fixou diretrizes para os novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério, apresentando sua contribuição no processo. Vários Estados já fizeram seu Novo Plano de Carreira, Cargos e Salários, dentre eles, o Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

A Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996, previa inicialmente um prazo de seis meses para a elaboração do referido Novo Plano de Carreira, Cargos e Salários, que foi posteriormente prorrogado para 30 de junho de 1998.

Dessa forma, o Estado do Paraná está atrasado em relação à elaboração do referido Plano de Carreira, contando da data de hoje, resta apenas oito dias para decorrer o prazo final.

Ademais, já é tempo de se debruçar com seriedade sobre uma política educacional para o Estado, especialmente no que diz respeito à carreira do Magistério, haja vista, que há muito vem se esvaziando os quadros de professores pelo desestímulo que estes têm recebido do Poder Público. É preciso traçar com clareza um Novo Plano de Carreira que remunere dignamente os professores e ofereça condições efetivas de desenvolvimento e estímulo da profissão, condição *sine qua non*, para que haja um ensino de qualidade.

Face ao exposto, e certos da sensibilidade dos nobres pares desta colenda Casa, em relação ao tema, contamos com o apoio e aprovação desta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo à tribuna, hoje, para apresentar à Assembléia Legislativa do Paraná e dar notícia à Mesa Executiva, que estamos protocolando, hoje, o projeto que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir o plano de cargos e salários do Magistério de 1º e 2º graus no Estado do Paraná.

Este projeto - como já é do conhecimento da Assembléia Legislativa - e foi objeto de discussão aqui neste Plenário na semana retrasada, com a presença de mestres e diretores, trabalhadores na educação do Estado do Paraná estiveram presentes, onde as reivindicações e o fundamento de uma carreira no Magistério foi abordada tanto pelo professor Romeu - Presidente da APP, que hoje acompanha nossa sessão, quanto por diversos Deputados que se pronunciaram naquele momento.

Então, gostaria de ressaltar que este projeto está sendo subscrito, esta lei autorizatória está sendo subscrita por 29 dos Senhores Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E assim, no segundo semestre, possamos fazer uma discussão e abrir este debate com o Governo do Estado do Paraná e aprovamos uma legislação, que possa preservar e garantir a qualidade no ensino, no Estado do Paraná, fundamentalmente, o ensino público e gratuito que possa melhorar a educação do nosso Estado.

Mas, também é importante que se faça um registro, que a Secretaria de Educação, agora, quando teve notícia da implantação e da discussão do plano de cargos e salários dos professores, estranhamente, a Secretaria de Educação não participou das atividades regionais desencadeadas pela APP, para discutir esta proposta, convidados que foram seus técnicos de recursos humanos, seus técnicos da Secretaria, e não compareceram em nenhuma reunião.

A questão de 25 dias atrás, a APP realizou um grande seminário, aonde, depois de um processo de discussão regionalizada no Estado do Paraná todo, foram finalizados os termos deste projeto, que ora tramita na Assembléia Legislativa.

Novamente, a Secretaria de Estado da Educação, a mais interessada em discutir um plano de cargos e salários para os professores do Estado do Paraná, não comparece com nenhum representante para subsidiar as discussões que os professores, os nossos mestres travaram nesses dias todos.

É de estranhar, porque logo o Secretário de Educação percebeu que as galerias da Assembleia Legislativa do Estado foram tomadas por professores, por trabalhadores na área da educação no Estado todo, vieram a Curitiba, para manifestar o seu apoio, a sua reivindicação, a respeito do debate, tanto das reivindicações específicas como cumprimento da hora/atividade, e a discussão mais ampla de plano de cargos e salários, estranhamente, a Secretaria de Educação do Estado abre uma discussão através dos seus mecanismos burocráticos na Secretaria, sem levar em conta a participação dos professores, das entidades que representam os professores para discutir uma política de recursos humanos para os professores do Estado do Paraná.

É lamentável, esta atitude da Secretaria, porque ela desvirtua o debate, e opta, na realidade, pela introdução do conflito político no interior de uma categoria muito importante para o Estado do Paraná, para o Governo do Estado e para os cidadãos paranaenses.

É preciso ressaltar que os professores do Paraná inteiro, há muitos anos, têm acúmulo nessa discussão, a respeito das suas necessidades, das necessidades do ponto de vista da preservação dos espaços públicos e dos direitos e deveres dos mestres, em relação a educação pública, formação das nossas crianças, e esta discussão que redunda hoje neste projeto, do plano de cargos e salários, nada mais é do que um acúmulo histórico feito pela comunidade, pela corporação, do ponto de vista da educação, e a função do Estado como garantidor da formação pública e gratuita dos filhos dos nossos trabalhadores.

Então, gostaria de comunicar os Deputados, que a partir de hoje, na Assembleia Legislativa começa a tramitar o Projeto de Lei que deverá instruir o plano de cargos e salários do magistério de 1º e 2º graus no Estado do Paraná todo.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a atenção dos Senhores Deputados, e nós, esperamos que no mês de agosto, possamos desencadear um processo de discussão, que a Comissão de Educação dos Deputados da Assembleia Legislativa deve abrir para com os professores, chamando a Secretaria de Educação a se manifestar chamando os responsáveis pela área técnica do Governo a se manifestar, e as entidades que representam os professores, para que nós possamos abrir esse debate da forma mais rápida possível, para que possamos ter uma lei que possa garantir e dar segu-

rança para os mestres do Estado do Paraná. Muito obrigado!

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do agricultor Milton Garzuzzi, da Comunidade Rio do Couro, lá de Irati, que se encontra aqui no Plenário. Temos a presença desse agricultor e a sua presença é muito significativa para todos nós, neste instante. Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Péricles Mello, Toti Colaço, Reny Borsatto e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1282, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas, principalmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 734/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/97, que considera como áreas especiais de interesse de Turismo e locais de Interesse Turístico, as áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Pontal do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁ-

RIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..
APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Só aprovação das Emendas ou rejeição.

Os Senhores Deputados que aprovam as emendas conservem-se como estão.

Aprovadas.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apresentamos à Mesa um requerimento pedindo preferência para discussão e votação sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia, Projeto de Lei nº 240.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Após a votação dos projetos que estão em fase de votação, será votado o requerimento de V.Exa.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/97, que dispõe sobre a criação do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA C.C.J.. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Em votação as Emendas da C.C.J..

O DR. ROSINHA (Pela Ordem)

É o item dois que está sendo votado?

Gostaria de fazer o encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

V. Exa. tem a palavra.

O DR. ROSINHA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos votando o item dois da Pauta, o Projeto de Lei 098/98, com várias Emendas que foram apresentadas em Plenário. Essas Emendas foram analisadas na C.C.J e receberam parecer contrário, porém muitas delas vinham atender as necessidades da Lei e vinham aprimorar a próxima execução desta Lei. Essas Emendas foram analisadas, por exemplo, pela COMEC e a própria COMEC tem um parecer favorável a boa parte dessas Emendas. Infelizmente, recebeu o parecer contrário.

Outra questão que chama a atenção e que acho importante e interessante, que tipo de projeto

como esse seja encaminhado com mais calma, e quando tenhamos audiências públicas como fizemos, tenha um tempo maior de elaboração das emendas e que tenha um debate mais democrático com as entidades de sociedade civil e que muitas destas propostas sejam aceitas quando elaboradas, porque fazer audiência públicas só por fazer, para dizer que se age de maneira democrática e depois não acatar nenhuma das sugestões, faz com que a população não acredite mais nas audiências.

E aproveito a oportunidade, e está aqui o Deputado Joel, estamos agora debatendo outra lei ambiental que diz respeito aos recursos hídricos, a qual pedimos vistas na Sessão de ontem, que possamos também, no mês de Agosto, com mais calma fazer audiência pública em nome da nossa Comissão. Que possamos debater as emendas com maior profundidade e objetividade para ampliar o aspecto e democratizar a execução da Lei.

O nosso voto é favorável às emendas e caso elas sejam rejeitadas, somos contrários ao Projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar)

Querida, Senhor Presidente e Senhores Deputados, chamar a atenção desta Casa e pedir o Voto contrário ao Item 2 - Projeto de Lei nº 98/98, embora em 3ª discussão, porque creio que este sistema que vai gerir os mananciais que abastecem a Capital, vai envolver interesses de muita gente e especialmente da especulação imobiliária, mas fundamentalmente da população mais pobre, porque este projeto vai significar a tentativa da desocupação de uma grande área onde vivem hoje três mil famílias, cerca de vinte mil pessoas.

Então, creio que este é um projeto extremamente preocupante no desdobramento, e queria chamar a atenção desta Casa para que evitássemos de votar em 3ª Discussão e deixássemos este projeto para ser discutido ainda por um período. Apresentei um requerimento adiando por três sessões e ele foi considerado prejudicado pela Mesa, de acordo com o Regimento, mas creio que esta Casa pode politicamente opinar votando contra ou retirando por acordo este projeto da Ordem do Dia, que na minha avaliação é extremamente preocupante e como estou dizendo aos Senhores Parlamentares, que muitas vezes têm conhecimento superficial da matéria, este Projeto tem grande desdobramento do ponto de vista social.

Por isso faço um alerta a esta Casa e tenho certeza que o Senhor Líder do Governo e os demais Deputados estarão atentos a esta matéria que é da maior gravidade e extremamente importante.

Muito Obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, por ocasião da tramitação deste Projeto na C.C.J., nós, em companhia do Deputado Toti Colaço, representando a Bancada do PMDB, votamos contrário ao parecer do relator designado e a favor do voto em separado do Deputado Florisvaldo Fier.

Naquela oportunidade, agíamos desta maneira, porque entendíamos serem necessárias as emendas propostas pelo nobre Deputado Florisvaldo Fier, porque justamente aquelas emendas davam a necessária tranquilidade e garantia que este projeto, que prevê a criação do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, fosse realmente um projeto voltado aos interesses da proteção dos nossos mananciais, mas infelizmente a gente sabe que, muitas vezes, por trás de um Projeto desses, tem interesses que não são apenas os interesses dos mananciais, mas os interesses de algum segmento econômico da nossa sociedade e algum segmento ligado à área social da nossa cidade.

Por essa razão, quando o projeto tramitou em 1ª Discussão, votamos contrário a ele e é evidente que com a não aceitação das emendas do Deputado Florisvaldo Fier, nós também votaremos contrário neste momento a esse Projeto de Lei nº 98/98, e fazemos também, neste momento, Senhor Presidente, um apelo a V.Exa.. Temos na Casa, tramitando há mais de dois anos e já à disposição da Diretoria de Apoio ao Plenário, há pelo menos seis meses, um projeto de nossa autoria que diz respeito à implantação das auditorias ambientais do Paraná. Esse nosso Projeto tramitou pela C.C.J., recebeu Parecer do Eminentíssimo Deputado Valmor Trentini após ter sido consultado a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e este Projeto encontra-se à disposição da Diretoria de Apoio ao Plenário de Vossa Excelência para constar da Ordem do Dia. Então, eu faço esse apelo para que Vossa Excelência, no momento em que nós estamos discutindo a criação deste sistema de proteção dos mananciais, no momento em que nós estamos discutindo uma Mensagem que trata da questão dos recursos hídricos, que nós também possamos discutir esse projeto nosso que tem o apoio e a manifestação favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que é o projeto de lei que visa implantar as auditorias ambientais no Paraná.

Portanto o nosso voto ao Projeto nº 98/98 é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação as emendas já aprovadas em 2ª Discussão.

Senhores Deputados que aprovam as emendas conservem-se como estão. Aprovadas.

O projeto irá à Redação Final.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero que registre o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Devidamente registrado.

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, com a finalidade de prover recursos para a implementação de sua política institucional, inclusive no pertinente à Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, Proteção dos Direitos do Idosos e da Infância e Juventude. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Nesse turno tem emendas aprovadas em 2ª discussão. Em votação o substituto. Parecer favorável. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado. E uma emenda de Plenário. O Projeto irá à Redação Final.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade, sem autorização dos pais ou responsáveis e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/98, que aprova crédito suplementar de R\$9.860.000,00 (Nove milhões, oitocentos e sessenta mil reais), ao Orçamento do Departamento de Trânsito, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Apenas para solicitar, desta feita, de Vossa Excelência que interceda junto ao Líder do Governo que nos assegurou ainda na semana passada esclarecimentos sobre a destinação dos recursos aprovados para a FUNDEPAR, Secretaria de Educação e também este Projeto destinado ao Departamento de Trânsito, porque a Mensagem, embora ela mostre aonde está sendo suplementada e cancelado, ela

não detalha quais os municípios que receberão esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury).

Do Deputado Orlando Pessuti, requerimento: a Mesa vai proceder, através do 1º Secretário, a leitura das Emendas.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (1º Secretário)

Requerimento nº 1283, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Toti Colaço e Caio Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 240/98, constante da Ordem do Dia, da presente Sessão. Prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/98, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que regulamenta as disposições do Art. 78, da Constituição Estadual e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 240/98 EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1

Emenda Aditiva - acrescenta-se um § no Artigo 11, reenumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. 11 - Fica garantido a todo e qualquer cidadão, direito de pleno acesso aos processos e procedimentos julgados pelo Tribunal de Contas, bem como, toda documentação que acompanha.

§ 1º - O interessado poderá copiar peças ou a totalidade dos autos, correndo as despesas reprográficas por sua conta.

§ 2º - A autoridade que negar tais informações, responde por crime de responsabilidade.

Sala das Sessões, em 30.06.98

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio:

Nereu Moura, Edgar Bueno, Caio Quintana, Toti Colaço.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de se garantir transparência e pleno acesso às informações, em relação aos processos e procedi-

mentos que tramitam e são julgados pelo Tribunal de Contas.

É fundamental que a população tenha acesso aos trabalhos de fiscalização e controle feito pelo Tribunal de Contas, para que tal atividade seja realmente um mecanismo de controle dos atos da administração pública, e não apenas um mecanismo de poder e de pressão.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 2

Fica acrescido ao Projeto de Lei nº 240/98, o seguinte artigo:

Art. ... - Ficam estendidos aos funcionários do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, todos os benefícios funcionais e financeiros concedidos ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, pela presente lei.

Sala das Sessões, em 01.07.98

(a) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoio:

Orlando Pessuti, Durval Amaral, Toti Colaço e Nelson Tureck.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 3

Emenda Supressiva: suprima-se o Art. 23, reenumerando-se os demais.

Art. 23 - suprimido.

Justificativa:

O artigo objeto de supressão prevê a substituição provisória dos auditores do Tribunal de Contas por servidores de carreira, nos casos de vacância de cargo, mediante indicação do chefe do Poder Executivo.

Ora o preenchimento dos cargos de auditores devem ser feitos sempre mediante concurso público de provas e títulos. Desta forma, entendemos que é indevida a pretendida substituição, mesmo que provisoriamente.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio:

Ângelo Vanhoni, Dúlio Genari, Caio Quintana, Nelson Garcia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa vai, através do Senhor 1º Secretário, proceder a leitura das Emendas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

Projeto de Lei nº 240/98.

Emenda Aditiva.

(Lê o conteúdo da Emenda).

Devidamente apoiada por mais cinco Senhores Deputados.

Emenda nº 2, de Plenário.

(Lê a Emenda).

Assinada por Florisvaldo Fier, Irineu Colombo, Péricles Mello e Ângelo Vanhoni.

Emenda Supressiva.

(Lê o conteúdo da Emenda).

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O requerimento de preferência fica prejudicado em virtude da apresentação das Emendas.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos ao restante da matéria, constante da Ordem do Dia.

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 432/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que torna obrigatórias inscrições de advertência e cuidados de manuseio nas embalagens de cal (Óxido de Cálcio), e dá outras providências. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 432/98

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna-se obrigatório, em todo o território do Estado do Paraná, a todas as empresas que comercializem Óxido de Cálcio em sua forma bruta ou em composição com outros elementos, que façam constar em suas embalagens de comercialização destinadas ao varejo, inscrições de advertência e cuidados que o usuário deve ter com o manuseio do produto.

Parágrafo Único - A medida se estende a todas as mineradoras, beneficiadoras, refinadoras, embaladoras e todas as demais empresas que se utilizem do produto para comercialização no varejo, na forma bruta do Calcário Dolomítico (Óxido de Cálcio e Óxido de Magnésio e outros compostos associados) ou Calcário Cítico (Óxido de Cálcio), na sua forma virgem ou em composição com outros produtos, para qualquer fim de emprego ou utilização.

Art. 2º - Nas inscrições destinadas à advertência e cuidados do manuseio deve ser incluído, além das instruções de uso, explicações com relação ao poder cáustico e/ou agressivo que o produto pode oferecer ao usuário, devendo, obrigatoriamente, constar as seguintes expressões: Produto Cáustico.

Proteger os Olhos durante a Utilização e Manter Afastado de Crianças e Animais Domésticos, em inscrições com caracteres de cor vermelha.

Art. 3º - Deve constar, ainda, das instruções de utilização os riscos que o produto pode oferecer quando misturado em água ou em solução aquosa, por ser esta mistura, reação exotérmica.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo incumbido de fiscalizar e aplicar a normatização da presente lei, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU e do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da publicação desta lei.

Art. 5º - Esta lei será disciplinada em suas sanções administrativas, cíveis e criminais no que couber, pelo disposto na legislação de proteção ao consumidor, que são:

I) Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor;

II) Lei nº 8.002, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre a repressão de infrações atentatórias contra os direitos do consumidor;

III) Lei nº 8.137, de 28 de dezembro de 1990, que passou a definir crimes contra ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.06.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 502/97, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a atividade de Despachante de Trânsito perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 502/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I DOS DESPACHANTES

Art. 1º - As atividades profissionais de Despachante de Trânsito perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN-PR, passam a ser regidas pelo disposto na presente lei.

Art. 2º - A atividade de Despachante de Trânsito constitui serviço autorizado pelo Poder Executivo Estadual, nos termos da lei, mediante ato do Diretor Geral do DETRAN-PR, que atribuirá a condição, unicamente, à pessoa física.

§ 1º - O Despachante credenciado pode exercer suas atividades através de firma individual ou organizando-se em sociedade integrada, exclusivamente, por mais (01) despachante credenciado.

§ 2º - O exercício da atividade, denominação e título de despachante são privativos daqueles habilitados e devidamente credenciados pela autoridade competente, na forma da lei.

Art. 3º - O Despachante, independente de mandato, poderá exercer suas atribuições perante o DETRAN-PR, em nome de seus comitentes.

Capítulo II

DA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

Art. 4º - O credenciamento de Despachante será feito por ato do Diretor Geral do DETRAN-PR, após habilitação em concurso de provas e títulos.

Art. 5º - Em cada Município será credenciado um Despachante de Trânsito para cada 2.000 (dois mil) veículos registrados.

Parágrafo Único - Em municípios com número de veículos registrados menos que o indicado no caput serão credenciados 02 (dois) Despachantes, sendo que novos Despachantes somente serão credenciados após se atingir a relação estabelecida de 01 (um) Despachante para cada 2.000 (dois mil) veículos registrados.

Art. 6º - Para ser credenciado o candidato deverá comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ser eleitor e estar quite com as obrigações eleitorais;
- c) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- d) estar em dia com o serviço militar;
- e) possuir certificado de conclusão do 2º grau;
- f) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal dos locais em que residiu ou exerceu atividades econômica nos últimos 05 (cinco) anos;
- g) apresentar certidão negativa expedida pelo cartório de protesto de títulos dos lugares em que residiu ou manteve atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos;
- h) gozar de boa saúde física e mental, comprovada através de laudo oficial;
- i) apresentar certidão negativa expedida pelo cartório de falências e concordatas dos locais em

que residiu ou manteve atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos;

j) apresentar fotocópias do cartão de identificação da pessoa física expedido pelo Ministério da Fazenda e da cédula de identidade;

l) juntar 02 (duas) fotos coloridas 3x4.

Art. 7º - O concurso será de provas escritas e de títulos, conforme regulamento, obedecidos os seguintes requisitos:

I - As provas escritas versarão sobre:

- a) Português;
- b) Matemática;
- c) Legislação de Trânsito;
- d) Legislação relativa ao LP.V.A.;
- e) Legislação relativa à organização da atividade dos despachantes de trânsito;
- f) Noções de direito;

II - A nota mínima será de 70% (setenta por cento) de acertos em cada disciplina

Art. 8º - Os candidatos classificados no concurso, para as vagas existentes nos Municípios para os quais se inscreveram, deverão ser submetidos a um curso sobre as rotinas do DETRAN-PR e a Legislação pertinente ao setor.

Parágrafo Único - Serão considerados habilitados os candidatos que, aprovados no concurso, obtiverem aproveitamento no curso de 80% (oitenta por cento), do conteúdo e frequência de 100% (cem por cento) das aulas, salvo faltas justificadas por motivos de força maior.

Art. 9º - Os candidatos classificados para as vagas previstas em edital, para obterem credenciamento, deverão, em 45 (quarenta e cinco) dias da publicação do resultado, apresentar ao DETRAN-PR:

- I - Prova de estabelecimento sob qualquer das formas previstas no § 1º, do artigo 2º, desta lei;
- II - Prova de Inscrição no C.G.C. do Ministério da Fazenda;
- III - Comprovante de inscrição na Previdência Social;
- IV - Alvará de licença e localização expedido pela Prefeitura Municipal.

Art. 10 - O Diretor Geral do DETRAN-PR, cumpridas as exigências previstas neste capítulo, expedirá documento credenciando o Despachante de Trânsito a iniciar suas atividades.

§ 1º - A autorização para o exercício da atividade de Despachante de Trânsito será concedida através do credenciamento, a título precário e pessoalíssima.

§ 2º - Constitui impedimento para o credenciamento de Despachante, o parentesco até terceiro

grau, inclusive em linha de afinidade, com funcionário do DETRAN-PR, asseguradas as situações consolidadas.

Art. 11 - Por ocasião do credenciamento, o Despachante de Trânsito firmará termo de responsabilidade, garantido por caução no valor de 650 (seiscentos e cinquenta) UFIRs, ou outro índice que vier em substituição, a ser depositada em moeda corrente do país, no Banco do Estado do Paraná S.A., em conta-poupança, para cobrir eventuais danos pecuniários ou materiais ocasionados ao DETRAN-PR ou a terceiros.

§ 1º - O valor da caução poderá ser levantado nos seguintes casos:

I- falecimento do titular, através de alvará judicial;

II- aposentadoria;

III - cancelamento da credencial, desde que não implique em responsabilidades como enunciado no presente artigo.

§ 2º - O prazo para requerer o levantamento da caução é de 03 (três) anos, após o cancelamento da credencial.

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 12 - São atribuições dos Despachantes de Trânsito:

a) representar os interesses de seus clientes em processos de registro, transferência, licenciamento e outros relativos a veículos automotores e reboques;

b) identificar, retirar, carimbar e assinar decalques de chassi de veículos, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados;

c) verificar a regularidade documental e a identificação de chassi do veículo a cada transferência;

d) encaminhar e acompanhar o andamento de processos que lhe forem confiados;

e) conferir junto a Tabelionatos a autenticidade dos reconhecimentos de firmas apresentados;

f) requerer certidões para instruções de processos;

g) pagar, em nome de seus representados, impostos, taxas, multas e outros emolumentos;

h) credenciar 01 (um) preposto para atuar como auxiliar em suas atividades;

i) exercer suas atividades no âmbito do Município para o qual foi credenciado, podendo atuar fora desta abrangência apenas em caso de desdobramento da representação que lhe for cometida;

j) retirar do DETRAN-PR, documentos de seus comitentes, mediante recibo.

§ 1º - O preposto indicado pelo Despachante deverá ser maior de 18 (dezoito) anos e atender aos

requisitos do art. 6º, exceto as alíneas "c" e "i", bem como comprovar o vínculo empregatício através do registro na CTPS.

Capítulo IV DO PREPOSTO

Art. 13 - Após 90 (noventa) dias do credenciamento dos Despachantes de Trânsito, o DETRAN-PR fará o credenciamento de prepostos.

§ 1º - Cada Despachante de Trânsito credenciado poderá indicar (01) um preposto para o respectivo credenciamento;

§ 2º - Para o credenciamento do preposto aplicar-se-á o disposto no art. 6º desta lei, excetuada a exigência contida nas alíneas "c" e "i".

§ 3º - O preposto deverá ter idade superior a 18 (dezoito) anos na data da indicação.

§ 4º - O preposto funcionará como auxiliar direto do Despachante de Trânsito, podendo representá-lo junto ao DETRAN-PR, na entrada de processos e retirada de documentos pertinentes aos mesmos.

§ 5º - O credenciamento do preposto será expedido em caráter precário pelo Diretor Geral do DETRAN-PR.

§ 6º - Dispensado pelo Despachante de Trânsito, por motivos particulares, que não impliquem responsabilidade penal ou transgressão às normas constantes da presente Lei, o preposto poderá servir a outro Despachante de Trânsito, a pedido deste.

§ 7º - A alteração referida no parágrafo anterior será anotada nas fichas de assentamentos individuais respectivas, pela Divisão de Fiscalização do DETRAN-PR, expedindo-se novo cartão de identificação em favor do preposto com o recolhimento do anterior, para fins de arquivamento.

§ 8º - Os atos praticados pelo preposto, no exercício de suas funções, inclusive aqueles que resultarem em danos pecuniários ao DETRAN-PR ou terceiros, serão da exclusiva responsabilidade do Despachante de Trânsito que o indicou.

Capítulo V DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES

Art. 14 - São deveres dos Despachantes de Trânsito:

a) - entrar no exercício de suas atividades em até 30 (trinta) dias após o ato de credenciamento;

b) - manter a atividade em caráter permanente, sem interrupção, salvo força maior devidamente autorizado pelo Diretor Geral do DETRAN-PR;

Parágrafo Único - a licença não deverá exceder a 120 (cento e vinte) dias.

c) - tratar com urbanidade clientes e funcionários do DETRAN-PR;

d) - fornecer aos clientes a primeira via do protocolo que comprove a entrada da documentação no DETRAN-PR;

e) - manter afixado em seu escritório a tabela de taxas cobradas pelo DETRAN-PR relativa aos serviços de sua competência;

f) - pugnar pelo fiel cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, respectivo regulamento, e demais disposições complementares;

g) quando no exercício da função, portar, de modo visível, a credencial expedida pelo DETRAN-PR;

h) - identificar-se através do nome, endereço e do número da credencial em todos os atos e documentos encaminhados ao DETRAN-PR;

i) - fazer consignar nos impressos, processos de serviços, fachadas ou placas de identificação do estabelecimento e publicidade em geral a denominação do escritório, o nome e o número da credencial do Despachante responsável;

j) - fornecer aos comitentes recibos de importâncias e documentos que lhe forem confiados;

l) - manter fichário de seus clientes, sujeito à fiscalização do DETRAN-PR;

m) - prestar contas de suas atividades ao DETRAN-PR, sempre que solicitado;

n) - acatar os regulamentos e instruções determinados pelo DETRAN-PR;

o) - comunicar ao DETRAN-PR, em 24 (vinte e quatro) horas, a dispensa do preposto, efetuando a devolução de sua credencial;

p) - ressarcir seus comitentes e o poder público por danos e prejuízos a que der causa, por ação ou omissão, inclusive por atos de seus empregados;

q) - renovar a credencial, anualmente, obedecendo ao disposto na alínea "f", do art. 6º, da presente lei;

r) - estar regularmente filiado ao sindicato representativo da categoria.

Art. 15 - É defeso ao Despachante de Trânsito:

a) - delegar a outrem, mesmo através de mandato, qualquer de suas atribuições definidas na presente lei;

b) - aceitar o patrocínio de interesses alheios às suas atribuições;

c) - desempenhar cargo, função ou emprego, ainda que não remunerado, em entidade da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, salvo se licenciado;

d) - manter filiais de seu estabelecimento;

e) - praticar, com ou sem o intuito de lucro, atos desnecessários à solução de assuntos a seu cargo, ou protelar-lhes o andamento;

f) - exercer a função com credencial vencida ou suspensa.

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa não isenta o Despachante da civil e criminal cabível.

Capítulo VI DOS DIREITOS

Art. 16 - São direitos dos Despachantes, enquanto no exercício de suas atividades:

a) - exercer com liberdade suas prerrogativas;

b) - exercer sua atividade na forma prevista do § 1º, do art. 2º da presente lei;

c) exercer outra atividade privada desde que sem prejuízo de sua condição de Despachante;

d) - não ser punido sem prévio processo administrativo em que seja assegurado a ampla defesa e o contraditório;

e) - representar, perante as autoridades competentes, na defesa de suas atribuições, prerrogativas e direitos, contra quem quer que lhe embarace ou obste;

f) - permutar em caráter definitivo, com outro Despachante, município de atuação.

Capítulo VII DAS PENALIDADES

Art. 17 - São penas aplicáveis aos Despachantes:

I - advertência por escrito;

II - suspensão;

III - cassação de credencial.

Art. 18 - A pena de advertência será aplicada ao Despachante quando infringir ao disposto no art. 12, alíneas "a" e "j".

Art. 19 - Sujeitar-se-á à pena de suspensão, de até 90 (noventa) dias, o Despachante que:

a) - houver sofrido por mais de uma vez a pena de advertência;

b) - infringir ao disposto no art. 14, alíneas de "l" a "p".

§ 1º - Durante o período de cumprimento da pena de suspensão não poderá o Despachante, ou seu preposto, exercer suas atividades perante o DETRAN-PR, sob pena de cassação da credencial.

§ 2º - O DETRAN-PR designará um Despachante para, durante o período de suspensão, promover o andamento dos processos cometidos por clientes ao Despachante suspenso.

Art. 20 - A pena de cassação da credencial será aplicada nos casos de:

a) prática, no exercício da atividade de Despachante, de ato definido como infração pena:

b) - condenação irrecorrível pela prática de crime previsto nos Títulos I, II, X e XI da Parte Especial do Código Penal;

c) - condenação irrecorrível, em qualquer caso, à pena de reclusão ou detenção, igual ou detenção superior a 02 (dois) anos;

d) - infração ao disposto no art. 15;

e) infração ao disposto no § 1º, do art. 19.

Art. 21 - As penas de suspensão e cassação de credencial serão aplicadas após regular processo administrativo, com prazo de duração de até 30 (trinta) dias contados da notificação prévia do Despachante, prorrogáveis por igual período.

Parágrafo Único - Instaurado o processo administrativo, o Despachante poderá ficar suspenso, preventivamente, por no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 22 - Na aplicação das penas serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para a imagem da administração pública e os prejuízos que causar à categoria dos Despachantes e aos seus comitentes.

Art. 23 - Compete ao Diretor Geral do DETRAN-PR, a aplicação das penas de suspensão e cassação de credencial.

Art. 24 - Da decisão do diretor Geral do DETRAN-PR que aplicar a penalidade caberá recurso ao Secretário de Estado da Segurança Pública, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - O recurso, pelo mesmo fundamento, só será interposto uma única vez.

§ 2º - O recurso que aplicar a pena de cassação de credencial não terá efeito suspensivo.

Art. 25 - Da decisão que aplicar a pena de advertência caberá recurso ao Diretor Geral do DETRAN-PR, no prazo de 10 (dez) dias.

Capítulo VIII **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 26 - O Despachante de Trânsito poderá ser transferido de município, desde que haja permuta com outro Despachante.

Art. 27 - Incurrá em responsabilidade o servidor público que permitir que pessoa não devidamente credenciada exerça a atividade privativa de Despachante de Trânsito.

Art. 28 - Os Despachantes de Trânsito estão sujeitos a inspeção permanente de suas atividades, através do setor competente do DETRAN-PR.

Art. 29 - O Despachante de Trânsito que tiver a sua credencial cassada estará impedido de habilitar-se a novo credenciamento.

Art. 30 - Fica assegurado aos atuais Despachantes de Trânsito, credenciados esta condição, sujeitando-se à presente lei, exceto no que concerne à habilitação e ao credenciamento.

Art. 31 - O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 32 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.07.98.

(a) CÉSAR SELEME - Presidente e Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 633/97, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre a anistia aos servidores públicos estaduais e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 633/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica determinado o abono de faltas para os servidores públicos estaduais que fizeram manifestação pública no dia 29 de agosto de 1997, bem como para os professores e funcionários da rede estadual de ensino, que fizeram manifestação pública nos dias 18 e 19 de setembro de 1997.

Art. 2º - O abono de faltas ocasiona o não apontamento das faltas em ficha funcional, facultando ao Poder Executivo o ressarcimento dos descontos efetuados.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.07.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 679/97, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná,

que cria o fundo de Reequipamento do Poder Judiciário- FUNREJUS, com a finalidade de prover recursos para reequipar o Poder Judiciário do Estado do Paraná. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 679/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

Art. 2º - O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário tem por finalidade suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos financeiros necessários para fazer frente às despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação e reforma dos edifícios forenses e outros imóveis destinados ao Poder Judiciário;

II - aquisição de equipamento e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática da Justiça Estadual;

IV - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em até, no máximo 30% (trinta por cento) da receita do Fundo, na forma estabelecida pelo regulamento.

Parágrafo Único - Não serão admitidos, por conta do FUNREJUS, pagamento de gratificações e encargos com custeio de pessoal e outras despesas correntes, ressalvado o disposto no item IV.

Art. 3º - Constituem-se receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário:

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro, resultante da execução orçamentária do Poder Judiciário, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar;

III - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio fundo;

IV - recursos provenientes do recolhimento de valores excedentes da despesa autorizada com telefonia;

V - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Poder Judiciário;

VI - o produto da venda de cópias dos editais de licitação de obras, aquisição de equipamentos e outros;

VII - 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título, do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos,

registro de imóveis, títulos e documentos e tabelionatos;

VIII - 50% (cinquenta por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e de Alçada, fixadas no Regimento de Custas;

IX - valores oriundos do porte postal para devolução de documentos e processos;

X - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Poder Judiciário;

XI - taxa de inscrições em concursos públicos realizados pelo Poder Judiciário;

XII - o produto da alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Poder Judiciário.

XIII - o produto da arrecadação da Taxa Judiciária;

XIV - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e disquetes, por meio de transmissão telefônica e outros;

XV - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Poder Judiciário, com entidades de direito público;

XVI - subvenções, doações e contribuições de pessoas jurídicas de direito privado ou público.

XVII - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Poder Judiciário;

XVIII - multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo dos Tribunais de Justiça e de Alçada;

XIX - taxa de ocupação das dependências dos imóveis do Poder Judiciário;

XX - as custas decorrentes da aplicação do Art. 55 da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;

XXI - receita decorrente dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Poder Judiciário em decorrência de faltas e atrasos não justificados;

XXII - valores da venda de ações da TELEPAR relativas a aquisição dos terminais telefônicos pertencentes ao Poder Judiciário;

XXIII - outras receitas eventuais.

§ 1º - O produto da arrecadação da Taxa Judiciária será destinada:

50% (cinquenta por cento) para o FUNREJUS,

48% (quarenta e oito por cento) para o Fundo Penitenciário do Estado - FUPEN e

2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, na forma estabelecida pelo artigo 205 da Constituição Estadual.

a) - A arrecadação da Taxa Judiciária, será feita, integralmente, pelo FUNREJUS, que repassará o percentual de 48% (quarenta e oito por cento) do FUPEN e 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, até o 5º (quinto)

dia útil do mês subsequente, para as contas bancárias indicadas pelos órgãos beneficiários

§ 2º - As receitas do FUNREJUS não integram o percentual da receita estadual destinado ao Poder Judiciário, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º - O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o presidirá pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Geral da Justiça e por mais 5 (cinco) membros, os quais serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Órgão Especial.

Art. 5º - Os recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário serão recolhidos em conta especial do estabelecimento bancário oficial do Estado.

Art. 6º - Os bens adquiridos com recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário serão imediatamente incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário.

Art. 7º - Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º - O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário será dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal.

Art. 9º - O FUNREJUS prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 10 - A presente lei será regulamentada por Decreto Judiciário, que será submetido à aprovação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Art. 11 - Fica aberto um crédito adicional especial, no valor de R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais), para fazer frente as despesas decorrentes da execução desta lei, utilizando como recursos aqueles previstos no § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.06.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 065/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a proceder a permuta do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 15.962, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha. Aprovado (Publ. no D.A. nº 19, de 24.03.98).

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 144/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que dispõe sobre a transferência de alunos entre as Instituições de Ensino Superior do Estado, nos termos dos artigos 49 e 50 da Lei nº 9.394, de 20.12.1996 (Lei das Diretrizes e Base da Educação). Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 144/98
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A transferência de alunos a que se referem os artigos 49 e 50, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, observará o disposto nesta lei.

Art. 2º - As Instituições Estaduais de Ensino Superior, aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, mediante processo seletivo, a partir do segundo ano do curso de graduação.

Art. 3º - A transferência ex-officio será efetivada em qualquer época do ano, independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público estadual civil ou militar, estudante ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para a localidade mais próxima desta.

§ 1º - A regra do caput não se aplica quando o interessado na transferência, se deslocar para assumir cargo efetivo em razão de concurso público, cargo comissionado ou função de confiança.

§ 2º - As disposições previstas no caput deste artigo, apenas se aplicam aos funcionários públicos de carreira.

Art. 4º - A transferência obedecerá a seguinte ordem de prioridade:

I - transferência de instituições públicas do País;

II - transferências de instituições particulares do País;

III - transferência de instituições de outros Países.

Art. 5º - Anualmente, após encerrado o ano letivo, as Instituições de Ensino Superior deverão calcular o número de vagas existentes por curso, turno e série, fazendo a devida publicação e chamamento dos interessados à transferência.

§ 1º - O cálculo a que se refere o caput deste artigo, visa ajustar o número de vagas oferecido pelo curso às efetivamente existentes na série, incluídas as resultantes de desistência, trancamento de matrícula ou reprovação.

§ 2º - é facultado a qualquer interessado, no prazo de transferência, solicitar a revisão do cálculo de vagas, devendo as Instituições de Ensino Superior, verificando a procedência do pedido, realizar a devida correção.

Art. 6º - O processo de transferência será reaberto de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, quando o número de alunos efetivamente matriculados na série, for inferior ao número de vagas oferecido pelo curso.

Parágrafo Único - Reaberto o prazo, proceder-se-á na forma do caput do artigo anterior.

Art. 7º - Os calendários de matrícula e trancamento de matrícula, transferência interna e externa, serão elaborados de modo a garantir o preenchimento de vagas apuradas na forma desta lei.

Art. 8º - As instituições de Ensino Superior terão prazo de 90 (noventa) dias para adaptar seus regimentos às exigências desta lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.06.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente e Relator

ITEM 12

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 244/98 de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Tage Gösta Teodor Karlsson. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 244/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Tage Gösta Teodor Karlsson.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.06.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 253/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que institui a Região Metropolitana de Maringá, e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/98, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que declara de Utilidade Pública Estadual a TV Comunitária e Educativa de Cascavel. **COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 10, de 11.03.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 047/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Sérgio Spada, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a TV Comunitária e Educativa de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/98, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que altera o artigo 1º da Lei nº 10.197, de 16 de dezembro de 1992, que declara de Utilidade Pública a Creche Sagrados Corações do Jardim Esplanada, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 35, de 14.04.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 110/98

P A R E C E R :**Relatório**

O projeto de lei em tela visa alterar o art.1º da Lei nº 10.197 de 16 de dezembro de 1992, que declarou de Utilidade Pública a Creche Sagrados Corações do Jardim Esplanada, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Fundamentação

A razão do projeto de lei é de alterar a lei que declarou de Utilidade Pública a Creche Sagrados Corações do Jardim Esplanada, tendo em vista que uma reforma estatutária alterou o nome da entidade, passando a denominar-se Creche Sagrados Corações.

Conclusão

Diante do exposto, depreende-se que o plano de lei em tela não apresenta nada que obste a sua aprovação.

Chamada esta douta Comissão, o faz no sentido favorável, deliberando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/98, de autoria do Deputado Samis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais da Serra Negra, com sede e foro no Município de Guaraqueçaba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63, de 19.05.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 187/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Samis da Silva, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Serra Negra, com sede e foro no Município de Guaraqueçaba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/98, de autoria do Deputado Beto Richa, que institui o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e

Repressão de Entorpecentes - FUNPREN. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63, de 19.05.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 189/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo instituir o Fundo Estadual de Prevenção ao uso e Abuso de Drogas - FUNPRED, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 189/98
Autoria do Deputado Beto Richa

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Fundo Estadual de Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas - FUNPRED, com o objetivo de possibilitar a obtenção e a administração de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de ações, visando a educação, prevenção e reabilitação de dependentes, bem como atuar no controle e combate do uso de drogas, substâncias entorpecentes e afins, especificados na legislação federal e nos termos da política estadual para área, elaborada pelo Conselho Estadual de Entorpecentes ou seu sucedâneo.

Art. 2º - São beneficiários do FUNPRED órgãos ou entidades públicas ou privadas que atuem na área de prevenção, tratamento e reabilitação do usuário de drogas de abuso, bem como na fiscalização e repressão ao uso de drogas e entorpecentes e que destinem recursos para:

I - a realização de programas de prevenção do uso de drogas de abuso;

II - o desenvolvimento, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, de projetos de formação profissional para tratamento e recuperação de dependentes, bem como para o controle de uso e tráfico de drogas;

III - o incentivo à formação de grupos de apoio para atendimento aos usuários de drogas e aos seus familiares;

IV - a confecção de textos educativos para divulgação junto a grupos de risco com informação

sobre prevenção e tratamento de usuários de drogas de abuso;

V - outras atividades julgadas ou determinadas pelo Conselho Estadual de Entorpecentes.

Art. 3º - São recursos do FUNPRED:

I - as doações, os auxílios e as contribuições que lhe forem destinados;

II - as doações consignadas no orçamento do Estado ou em créditos adicionais;

III - o produto da alienação de bens advindos de condenação por tráfico ilícito de drogas, perdidos na forma da lei, em favor da União e/ou do Estado, e que venham a ser transferidos ao Fundo;

IV - os resultados de aplicações financeiras das disponibilidades temporárias;

V - outros recursos que possam ser destinados ao Fundo.

Art. 4º - Os recursos do Fundo serão geridos pelo Conselho Estadual de Entorpecentes.

Art. 5º - O FUNPRED, de natureza e individuação contábeis, atuará por meio de liberação de recursos, observadas as seguintes condições:

I - apresentação, pelo beneficiário, de projetos ou planos de trabalho referentes aos objetivos previstos no artigo 2º desta lei;

II - demonstração da viabilidade técnica dos projetos e planos de trabalho e sua adequação aos objetivos de prevenção, educação e outras políticas referentes ao uso e abuso de drogas;

III - enquadramento do projeto ou plano de trabalho pelo Conselho Estadual de Entorpecentes.

Art. 6º - O Poder Executivo deverá regulamentar o disposto nesta lei em até 30 (trinta) dias após sua publicação, ouvido o Conselho Estadual de Entorpecentes.

Art. 7º - Os demonstrativos financeiros e o funcionamento do FUNPRED obedecerão ao disposto na legislação vigente.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo a proceder a alteração orçamentária necessária ao cumprimento desta lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

JUSTIFICATIVA:

O presente Substitutivo visa equacionar a nomenclatura, bem como as atividades do Fundo a

ser instituído através da presente iniciativa, aos ditames da legislação federal atualizada através da criação da Secretaria Nacional Anti-Drogas. Atende, ademais, as solicitações da sociedade organizada, mormente da Secretaria de Estado da Justiça e do Conselho Estadual de Entorpecentes.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/98, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Projeto Plantão Sorriso do Hospital Universitário de Londrina, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 68, de 25.05.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 193/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Projeto Plantão Sorriso do Hospital Universitário de Londrina, com sede e foro em Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 193/98

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Projeto Plantão Sorriso do Hospital Universitário, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Floresta - PR, com foro na Cidade de Maringá e sede na Cidade de Floresta. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

EMENDA COM SUBSTITUTIVO GERAL DA
C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 70, de 26.05.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 201/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Floresta-PR, com foro na Cidade de Maringá e sede na Cidade de Floresta, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 201/98
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

"Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Floresta, com foro no Município de Maringá e sede no Município de Floresta.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário."

Sala das Comissões, em 03.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 204/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação Vividense de Idosos com sede e foro em Coronel Vivida. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 70, de 26.05.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 204/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Vividense de Idosos, com sede e foro em Coronel Vivida-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e por

estar de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 224/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Ação Social de Santa Cecília, com sede e foro no Município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 79, de 08.06.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 224/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Ação Social de Santa Cecília, com sede e foro no Município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei n° 6.994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DUILIO GENARI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 252/98, de autoria dos Deputados Aníbal Khury e Joel Coimbra, que altera a Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. 92, de 24.06.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 252/98

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria dos nobres Deputados Joel Coimbra e Aníbal Khury, visa alterar a Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil e dá outras providências.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, destacamos que nada encontramos de natureza legal, regimental e constitucional, que

possam obstar a normal tramitação do projeto de lei em tela por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1270 a 1272, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1230, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1231, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1235 e 1236, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1242, 1243, 1278 e 1279, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1244, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1246, 1259 e 1265 a 1267, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1252 e 1258, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1253 e 1254, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1255 e 1256, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Retirados pelo Autor.**

Requerimento nº 1264, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1277, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1280, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1284, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1215, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, sobre esse requerimento, é que desejamos saber da Polícia Militar, quem autorizou um despejo às 4 horas da madrugada.

Sabemos que a Prefeitura de Guarapuava já fez todo o atendimento social necessário, já foi resolvida a questão dessas famílias. Porém, a própria Constituição proíbe despejos nesse horário, permitindo ações policiais das 6 às 18 horas.

Então, queremos saber quem foi o comandante da Polícia Militar que autorizou e quem executou o serviço. O responsável por essa ilegalidade.

Por isso, pedimos o apoio e a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Aprovam o requerimento, sete Senhores Deputados.

Rejeitam o requerimento, trinta e dois Senhores Deputados.

Requerimento **Rejeitado.**

O SR. DR. ROSINHA

A Polícia Militar pode desrespeitar, matar, machucar, que terá a convivência desta Casa. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Comunico que daqui a 25 minutos, teremos uma Sessão Extraordinária.

A Mesa encarece a presença dos Senhores Deputados, para que possamos encerrar o período normal deste Poder.

Pretendemos, com a colaboração dos Deputados, votar todas as matérias ainda na Sessão de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo mais às 16:16 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 734/97, 098, 209/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 047, 110, 187, 189, 193, 201, 204, 224, 252/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 078/97, 127, 250, 254, 260, 270 e 271/98.

Levanta-se a sessão.